

Notas e reflexões sobre “Liderança Política”: contribuição para delimitação de um campo de estudo.

Carlos Melo¹

Resumo: “Liderança Política” é uma expressão tão popular quanto imprecisa, capaz de vulgarizar, confundir e enfraquecer seu próprio e real entendimento e prejudicar seu significado. O Objetivo deste artigo é colaborar para sua melhor definição, iniciando a reflexão e o debate a seu respeito, constituindo, assim, um campo de estudos. Dessa forma, busca-se encontrar em Aristóteles as “virtudes” básicas e indispensáveis para o líder político, além de recorrer a Max Weber e a seu conceito de “dominação carismática” como característica essencial da “Liderança Política”. Por fim, ensaia a construção de uma tipologia da “Liderança Política”. Espera novas contribuições.

Palavras-chave: Liderança Política; Virtudes; Carisma.

¹ Cientista Político, Professor do Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa. Pesquisador do Neamp PUC-SP.

Abstract: “Political Leadership” is both a popular and imprecise phrase that is capable of oversimplifying, confusing and weakening its real understanding and thus its meaning. The aim of this article is to collaborate towards a better definition of the phrase and initiate a reflection and a debate around the issue, thus constituting a field of study. Therefore, the study aims to find in Aristotle the basic and crucial “virtues” of the political leader, besides referring to Max Weber and his “charismatic authority” concept as an essential characteristic of “Political Leadership”. Finally, the article exercises the construction of a Political Leadership typology. It is expecting new contributions.

12

Keywords: Political Leadership; Virtues; Charisma.

Introdução

Utilizado para vários tipos de ocasião, o termo “liderança política” é tão vulgarizado quanto impreciso; conceitualmente, segue como um campo em aberto receptivo aos mais diferentes sentidos. É apropriado de modos e circunstâncias diversas, sendo o mais comum – e aparentemente correto -- utilizá-lo como exemplos históricos. Assim, se diz: “a liderança política de Lula”, “a liderança política de Fernando Henrique Cardoso”, “a liderança política de Fernando Collor de Mello”; “a liderança política de Jânio Quadros” (CHAIA, 1991). Desse modo, acaba por assumir um sentido de biografia política de determinado ator: “a liderança política de Winston Churchill”, “de Franklin Delano Roosevelt”, “de Getúlio Vargas” e assim por diante.

São mesmo as biografias desse tipo que, em tese, melhor permitem compreender o termo “Liderança Política” e formar um sentido razoável, comum e organizado sobre a ação política dos personagens históricos. Compreendem, além da dimensão individual do líder em questão, aspectos mais vinculados ao que se poderia chamar “natureza humana” da “Liderança Política”.

13

Nos melhores trabalhos, a importância do contexto histórico funde-se com o indivíduo, dando sentido mais amplo àquilo que Maquiavel sinalizava ao falar da interação entre fortuna e *virtu*; se existe a sorte (fortuna) enquanto um processo maior que o indivíduo, haverá também a importância de suas qualidades pessoais na apreensão e aproveitamento desse processo (*virtu*).

Todavia, a efetivação de um sentido mais claro e inteligível da “Liderança Política” dependerá muito mais da percepção e da imaginação de leitores do que do esforço sistemático dos autores. Até aqui, o que a grande maioria dos autores tem feito é demonstrar a “Liderança Política” na prática, mas não têm sido capaz de capturá-la num sentido mais ou menos organizado, dentro de categorias mais ou menos comuns aos atores políticos em questão.

O fato é que o tema é tomado cotidianamente sem cuidado ou parcimônia. Quando olhamos para imagens de indivíduos que hoje ocupam o centro do palco do teatro político nacional, podemos nos perguntar: esses aí são realmente líderes; o que justificaria chama-los assim? E assim, mais uma questão: quando “se fala” em “Liderança”, está-se querendo dizer exatamente o que? Líderes de bancada, presidentes de partido, membros de direções partidárias, ministros, prefeitos, governadores, parlamentares e até presidentes da República são imediatamente identificados como “líderes”, mas merecem esse status? Expressam qualidades extraordinárias passíveis de comparação a vultos históricos? Estão no mesmo nível? Certamente, não.

Com efeito, o uso indiscriminado do termo é compreensível porque, afinal, em certa medida, líder é o indivíduo que “lidera” – ainda que esta definição seja extremamente imprecisa. Ou, de um modo muito amplo, é aquele que possui algum tipo de ascendência sobre seus companheiros e por isso consegue impor sua vontade, exercendo *um tipo muito específico* de *poder*. E, assim, de algum modo, essa miríade de atores políticos que frequentemente emerge a cena política, “liderando”, ou influenciando e conduzindo suas bases – ou, menos, apenas as representando -- pode ser compreendida como “lideranças” num sentido amplo, fraco e vulgar do termo. Nesse aspecto, num *sentido fraco*, não há problema que lhe chamemos “Líderes”. Todavia, num sentido forte, conceitual e capaz de estabelecer comparações, a imprecisão permanece. Seria mesmo seria o caso de perguntarmos: é justo colocar Winston Churchill sob a mesma chancela que Levy Fidélis², líder, fundador e presidente nacional do PRTB (como ele próprio costuma a se apresentar)?

Assim, cabe a pergunta: qual seria a melhor ou, pelo menos, mais adequada forma de utilizar o termo de “liderança política”? Haveria um *sentido forte*; seria possível construí-lo?

² É evidente e intencional o exagero na desproporção desta comparação -- Churchill versus Fidélis. A intenção, no entanto, é mesmo demarcar a diferença e enfatizar a injustiça e a inadequação de colocar dois atores tão distintos numa mesma categoria analítica.

Este trabalho é um esforço inicial, básico e preliminar nessa direção; na conformação de um conceito para o termo “Liderança Política”. Não tem a pretensão de encerrar o assunto e nem a ilusão de que avançará significativamente; almeja dar os primeiros passos. Coloca-se no âmbito de uma *tentativa*, não necessariamente da conceituação, mas principalmente do despertar de perturbações intelectuais que favoreçam a reflexão mais organizada em torno do tema “Liderança Política”, estimulando o debate.

São notas e reflexões a respeito da “Liderança Política”, inicialmente baseadas no “Tratado da Virtude Moral; Éthica Nicomachea”, de Aristóteles (2008). Preferiu-se o autor de “A Política” justamente por se colocar como marco fundador da reflexão a respeito da política e, sobretudo, por sua formulação em torno das virtudes necessárias ao político.

Outro autor utilizado será Max Weber, ou melhor, aspectos dos conceitos de “dominação legítima” e “dominação carismática”, desenvolvidos pelo sociólogo alemão -- autor grandioso, obra monumental, Weber não caberia integralmente num único texto. Como se verá, há poder sem carisma, mas não há liderança sem ele. O líder carismático weberiano parece ser um ponto de partida tão obrigatório quanto às virtudes presentes em Aristóteles.

Trata-se, enfim, de um esforço inicial e por isso acredita-se que a partir desses autores seja possível inserir, incrementalmente, toda uma gama de outros textos e autores que possam se somar a este esforço, dar maior solidez a um possível conceito. São inúmeras as possibilidades. Citá-las seria, no entanto, dar mais importância à literatura do que ao tema propriamente dito. O que se busca aqui é uma reflexão sobre “Liderança Política”, não sobre livros e autores.

Importante também informar que estas notas buscam dar ânimo à estruturação de um campo de estudos e reflexão em torno do termo “Liderança Política,” esforço que temos tentando realizar a partir do envolvimento, colaboração e presença dos pesquisadores, membros do “Núcleo de Estudos em

Arte, Mídia e Política, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Neamp – PUC-SP), ao longo dos últimos meses.” Vamos às notas.

Tarefa ingrata e o concurso da História

Definir “liderança política” é uma tarefa ingrata. Trata-se de uma dimensão humana que em menor ou maior medida todos possuem. Qualquer indivíduo é capaz de exercê-la em algum nível. No entanto, ela parece estar presente em doses mais exacerbadas em apenas uns tantos indivíduos que se notabilizam social e politicamente, cujos feitos e exemplos, com o tempo, farão também parte do momento e do lugar - da história da comunidade em que viveu e agiu politicamente: a comunidade, a cidade, o país, o planeta.

Não se tateia a liderança, é intangível enquanto produto ao mesmo tempo da emoção e da razão. Não é perene e às vezes se esvai assim como se expressou: de repente, furtivamente, por meio de circunstâncias muito específicas e particulares. É fortuna e é *virtù*. Às vezes, fortuna sem *virtù*, num rasgo de sorte que não se sustenta com o tempo (MELO, 2007); às vezes, a *virtù* forjando e dominando a fortuna.

No reino das coisas abstratas, a “Liderança Política” é algo que os homens não conseguem definir e nem ver explicitamente; apenas sentem, percebem sua existência enquanto força, como um magneto. É tácita; uma aura, um realce, um toque genial que pode durar apenas um curto período ou toda uma vida.

Ninguém transforma ninguém em líder, embora a liderança, apesar de inata em alguns, seja algo que se possa adquirir com a observação, a reflexão, a vivência e a prática. Liderança parece ser fruto da experiência, do acúmulo de fracassos, correções e acertos. Nesse sentido, é um processo que implica formação, maturação. É algo que se prende através dos anos, da tentativa; na experiência sempre precária e reavaliada; na agonia do incerto e do efêmero.

Apesar de seus exemplos estarem repletos pela história, não é comum e nem transferível de pai para filho, de padrinho para afilhado. É algo que se pode dizer, mas não dar; possível fazer compreender, mas não ensinar. Pode-se contar casos, estimular o coração, a fantasia e a coragem com os grandes exemplos, mas que não se pode transferir como grandeza e glória. Sente seu fulgor quem a viveu.

Presente nos grandes nomes e em seus feitos é permeada por fracassos, contraexemplos; pela experiência dos medíocres que se acreditaram grandes, mas cuja história tratou de rebaixar-lhes ao chão da realidade, dando-lhes a dimensão devida, das pequenas significâncias, das oportunidades perdidas.

Por tudo isso, parece estar nas biografias o grande manancial para o “aprendizado”, discussão, compreensão e estudo da “Liderança Política”. Maquiavel, tão citado e reverenciado, não ensina ninguém a ser líder. Nada mais fez do que estudar os grandes vultos da história, observar ocasionalmente *in loco* a César Bórgia e compreender o sentido de seus atos, gestos, práticas. Tentou, por fim, transmitir tudo o que observou e aprendeu aos Médici que poderia restituir-lhe o cargo público - o “magnífico Lourenço de Médici”. Mas, não se tem notícia de que Lourenço o tenha compreendido, assimilado e, com isso, tornado-se um *príncipe* mais elevado.

Então, para delimitação do “campo”, uma das primeiras afirmativas que se pode fazer é asseverar que não haverá estudo e compreensão do sentido de “Liderança Política” sem o concurso frequente da História. A história que os homens viveram e como a cruzaram com suas biografias, o sentido de suas escolhas, as limitações de seu tempo, de sua cultura, das circunstâncias. Estudar liderança política é, sobretudo, estudar história.

Assim, toda “Liderança” é histórica e circunstancial, corresponde aos desafios impostos pelo tempo e pelo espaço – aquele tempo e espaço e não outro qualquer. Circunstâncias podem se assemelhar, mas raramente se reproduzem – se o fizessem, como alertou Marx, seria como “farsa” e os exemplos dos dois Bonaparte, da história, Napoleão e seu sobrinho, Luís, parecem ser eloquentes:

mudam os tempos, mudam as vontades e os homens também se transformam; não há repetição. O sobrinho poderia ter aprendido com o tio, assimilado. Jamais poderia copiá-lo; só mesmo como farsa.

De modo que refletir sobre este tema pressupõe alguma ousadia: por trata-se de uma questão difusa e disseminada que é apenas *aparentemente* compreendida, dificilmente assimilada. Repetida sem critério, vilipendiada pelo senso comum. *Essencialmente* dispersa e fugidia; não pode ser capturada, copiada, reproduzida – poderá ser contida num conceito?

Nesse sentido, o instrumental da ciência política é precário para delimitá-la. Está na política enquanto arte, mais do que “ciência”. O tema é multidisciplinar e além da História, exige o auxílio da Antropologia (Cultura) e da Psicologia – desenvolve-se em contextos Sociológicos específicos. Sem tudo isso, a multidisciplinaridade, pouco se pode avançar.

Há, então, na liderança, muito de literatura, de uma visão literária, até mesmo poética: as ações, as paixões; a razão e a capacidade de seduzir de indivíduos que se fizeram “líderes”. De algum modo, aquilo que a história, a literatura e a arte da análise política plantaram ao longo dos anos como “casos” e exemplos de liderança é o que compõem o estudo da liderança. O apelo ensaístico é irresistível. Como representação e material para análise e discussão, a produção cinematográfica é fundamental. Casos de “liderança” parecem ser, na verdade, “narrativas de liderança”, nada mais que isto. Não é pouco.

Diz um conhecido poema de Luís de Camões que “amor é fogo que arde sem se ver, é ferida que dói e não se sente”. Assim também parece ser a sedução inerente a qualquer que sofra (não exerça) os efeitos da liderança: é um fascínio que arde, um se dar sem se saber, mas, que se presente, ao transformar-se em Poder.

Liderança Política: o que é e o que não é

O sentido é difuso, parece se tratar mais de um “sentimento abstrato” do que de uma “relação concreta”. Confunde-se ao mesmo tempo em que se difere de “Poder”: o líder possui algum tipo de “poder”; mas o “poder” *per se* pode não vir acompanhado de “liderança”. O “Poder” -- “um conceito sociologicamente amorfo” (WEBER, 2009, p.33) – é “a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 2009, p.33); é o controle dos meios.

Já a “Liderança” seria a capacidade de se fazer seguir *independente* do controle dos meios, exercer a “dominação” por meio da obediência (WEBER, 2009, p.33), sem a utilização de meios coercitivos vinculados à força – poder econômico, inclusive. Dir-se-ia que é sedução, persuasão; a capacidade de impor-se, de exercer o Poder, se fazendo respeitar e obedecer por meio de atributos em que a força é o menos predominante na relação, se não mesmo desnecessária.

Assim, como relação de poder, o esforço de conceituação de “liderança” deve submeter-se ao sentido weberiano de “dominação legítima”, o “dominado” aceita e consente a dominação que se estabelece sobre ele. Antes de imposição, uma relação de obediência, uma relação de “crença na legitimidade” (WEBER, 2009, p.139).

Como se sabe, Weber falava em “três tipo de dominação legítima”, de naturezas bastante distintas. Resumida e superficialmente³, pode-se dizer que dentre elas, a dominação “Burocrático-legal” e a “Tradicional” estão especialmente impregnadas do “controle dos meios”: o burocrata tem a leis, controla as regras, as normas, o regulamento – patrão dispõe da coerção por meio do salário; o Patriarca, na dominação tradicional, controla símbolos, os hábitos e, normalmente,

³ Não é objetivo discutir em detalhes “os tipos de dominação legítima”, na formulação weberiana. Sabidamente, trata-se de algo mais complexo e profundo do que aqui retratado; é um dos maiores legados de Weber e seu edifício é grandioso. Mais uma vez, é necessário resistir à tentação de discutir obras e autores e focar o objeto. Seu aprofundamento, que não precisa ser descartado em outros momentos, não pode, deslocar o eixo desta trabalho, da “liderança política”.

mas não só, a religião; as pessoas lhe devem “obediência” não apenas pelo *respeito* que pode despertar, mas pelo hábito e costume em respeitá-lo -- uma espécie de natureza moral; o Patriarca controla a cultura, portanto, por isso, exerce a dominação.

Já o “líder” que se quer trazer ao centro desta discussão possui, antes de tudo, o carisma. Trata-se de uma dominação “baseada na veneração extracotidiana da santidade, do poder heroico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas” (WEBER, 2009, p.141). Trata-se mesmo de uma “graça”, na expressão de Weber, capaz inclusive de romper com o poder e controles da burocracia e da tradição. Esse tipo de líder possui e exerce a capacidade de fazer-se seguir, *possivelmente*, por conseguir vocalizar um sentimento mais amplo e difuso; por colocar-se à frente desse sentimento, por espelhar em si a imagem de seus seguidores. O “líder”, em virtude de seu carisma, não possui “funcionários” ou “fiéis”; possui “adeptos”. (WEBER, 2009, p.159).

Na América Latina, o carisma tem má fama por influenciado pelo *populismo* que prosperou na região. Logo, desperta em várias pessoas – alguns estudiosos inclusive – aversão como se toda a dominação carismática fosse essencialmente *negativa* e eivada pelo populismo. Não raro, é confundido com *messianismo* – embora, o messianismo possa ser um tipo de dominação carismática, ele estaria muito mais no âmbito de uma dominação tradicional, patriarcal.

O “líder” populista, no entanto, não é necessariamente carismático. Parece-nos um erro pensar assim. A história da América Latina está repleta de líderes populista que pouco ou nada têm de sedução e carisma. Hugo Chaves, na Venezuela, por exemplo, não parece possuir esses atributos; seus seguidores parecem muito fiar-se na figura do líder em virtude de outros atributos e poderes que expressa – o militar inclusive. Ainda que constantemente remeta-se a símbolos como Fidel Castro e Ernesto Guevara, a aura que Chaves possui parece emanar muito mais dos conflitos e do apelo “revolucionário” que desperta do que,

necessariamente, de sua habilidade de persuasão, da capacidade de fazer-se um exemplo, da possibilidade de seduzir.

Por outro lado, ainda na América Latina, há também os exemplos de extremo carisma, mas que nem por isso podem ou devam ser qualificados como “líderes”, pois – ao contrário de Chaves – falta-lhes do projeto. Com o advento da sociedade de massas e dos meios de comunicação, prolifera um novo tipo de político: aquele que chega ao parlamento ou a outros cargos de representação em virtude de sua celebridade. Artistas, socialites, jogadores de futebol, apresentadores de rádio ou televisão campeiam na política.

Podem eventualmente possuir carisma e na maioria das vezes o possuem, mas nem por isso podem ser chamados de “Líderes”, pois raramente conduzem o processo.

Mas, como se disse acima, o carisma não basta. O “Líder Político” possui sentido histórico e se faz seguir por expressar um *ethos*, o sentido coletivo do seu tempo e tem habilidades de condução, como os antigos condottieres. Vocaliza um projeto histórico e de grupo, muito além de um projeto meramente pessoal. O “projeto” e o “sentido” (direção) parecem ser fundamentais na formatação de um líder. Além disso, a percepção e o domínio das circunstâncias.

Por isso, o líder essencialmente político se difere do líder meramente popular: o líder político conduz a algum lugar, ao objetivo que está alhures, mesmo não empolgando (ainda que possa, sim, também empolgar). Já o líder popular *essencialmente* empolga, agita, representa, mas, não necessariamente saberá aonde chegar. Pode facilmente ficar pelo caminho (o sentido de direção pode lhe faltar). Na história do Brasil, Fernando Collor de Mello (MELO, 2007) e Jânio da Silva Quadros (CHAIA, 1992) parecem ser exemplos de líderes populares incapazes de conduzir um processo político. Não por coincidência, não conseguiram concluir seus mandatos de presidentes da República.

Evidentemente, há que se diferenciar “Líderes Políticos” de “Operadores Políticos”. Esses últimos possuem graus de liderança, mas ainda assim diferem-se do líder, pois sua capacidade de elaboração de projeto e de fazerem-se seguir é

substancialmente menor. No limite, o líder é aquele que possui *virtudes políticas específicas*.

Virtudes políticas em Aristóteles

Disse Aristóteles que “*a virtude está em nosso poder, assim como o vício*” (ARISTÓTELES, 2008). Para o grego -- preceptor de ninguém menos que Alexandre, O Grande --, o homem virtuoso julga corretamente cada coisa e em cada uma a verdade se manifesta a ele.

O homem virtuoso se distingue, sobretudo, pelo fato de ver o verdadeiro em cada coisa, como se fosse um padrão e uma medida delas. À turba o engano, parece, engendra-se devido ao prazer, pois, não sendo de fato um bem, parece ser. Buscam, ao menos, o agradável como um bem e evitam a dor como um mal (ARISTÓTELES, 2008, p. 69-70).

Assim, além do poder e da importância das circunstâncias, o líder possui características pessoais reconhecidas e intransferíveis; não pode ser definido por nomeação; sua liderança se estabelece pela qualidade da sua ação. O conceito de ação é fundamental; haveria um modo de agir, uma ética de virtudes ou de vícios que delineará o líder e sua liderança.

Claro que daí não se retira uma norma, técnica ou preceito; ninguém ensina ninguém a ser líder. “Os agentes devem investigar em função do momento, assim como na arte de navegar” (ARISTÓTELES, 2008, p.43). Observa-se que a liderança está na prática cotidiana da Política, uma atividade voltada à *felicidade* do grupo, baseada na *virtude*.

O objetivo central de qualquer indivíduo é a felicidade; o papel do líder é dar vazão e viabilidade a esse objetivo. No limite, a felicidade da família, da aldeia, do grupo, da cidade é a felicidade de cada um dos seus membros e do conjunto desses membros; a melhor felicidade possível. O líder ajudará a encaminhar e realizar esse projeto. O fará por meio de habilidades próprias, específicas, as *Virtudes*.

Dado que a felicidade é certa virtude da alma segundo a perfeita virtude, deve-se investigar a virtude, pois assim, presumivelmente, teremos também uma melhor visão da felicidade. (...) a virtude é dividida, umas são intelectuais e outras morais: sabedoria, perspicácia e prudência são intelectuais, ao passo que generosidade e temperança são morais. (ARISTÓTELES, 2008, p. 38 e 40).

O que é a virtude

Para o grego, são três os estados da alma: emoções, capacidades e disposições. Emoções são formadas por elementos como apetite, cólera, medo, arrojo, inveja, alegria, amizade, ódio, emulação, piedade; aquilo que segue o prazer ou dor. Já as *Capacidades* são estados pelos quais somos afetados pelas emoções; capacidade de encolerizar-se, apiedar-nos, capacidade de agir etc. As *Disposições* são o estado pelo qual nos portamos bem ou mal de acordo com as emoções.

Mas, emoções não são virtudes e nem tampouco a capacidade de termos ou não emoções. Virtudes ou são escolhas deliberadas ou não o são (sem escolha deliberada); virtude é a possibilidade de domínio e controle das emoções. Logo, virtudes são disposições pessoais. A falta de escolha não é virtude; a virtude consiste exatamente em escolher. O líder escolhe; não haveria “líder contingencial”, aquele que age em razão das contingências que decidem somente por aquilo que se lhe configura como inevitável. Não ter uma escolha não é escolha. Não se compreende a predestinação ou a sorte como acaso; mas a sorte como fortuna, como resultado das ações dos homens.

Tipos e natureza das virtudes

Desse modo, o raciocínio de Aristóteles gira em torno das ideias de “responsabilidade moral” e “liberdade da ação”. O sujeito decide entre múltiplos possíveis. Mas, ao decidir o faz do melhor modo: “em tudo é possível tornar *mais, menos e igual*”, diz o filósofo. A ação do homem é indissociável da ideia de virtude.

Aristóteles trabalhará com noções em torno dessas ideias de responsabilidade e liberdade, tais como: 1) Mediedade; 2) Disposição; 3) Voluntaridade; 4) Escolha por deliberação. Para os objetivos mais imediatos deste trabalho, discutiremos as virtudes da “mediedade” e da “disposição”.

MEDIEDADE - Diz, então, o grego Aristóteles que a “mediedade” é a “qüidade” da virtude. Termos para os helenistas mais habilitados, sem dúvida. Mas que, ainda assim, podem ser simplificados ao se dizer que a “mediedade” é a exata medida entre a falta e o excesso, sendo essa característica a essência, a totalidade da virtude (qüidade). “Meio termo da coisa é o que dista igualmente dos extremos, que justamente é o um único (...) O que não excede nem falta” (ARISTÓTELES, 2008). Não existe, assim, nada “demasiadamente centrado”, existe apenas o centro; ou está no centro ou não está – sem conciliação.

Assim, esse centro, essa “mediedade” é a justa medida; o meio termo entre o excesso e a falta; o alvo da decisão e a exemplaridade do líder estarão aí. O oposto de covardia não é coragem; é temeridade. A coragem é a justa medida entre a covardia e a temeridade. Não se trata de questão aritmética, é antes uma virtude. Habilidade essencial, a compreensão das circunstâncias e a decisão, a melhor decisão: nem o menos, nem o mais; o adequado.

De modo que, as ações podem, naturalmente, ser corrompidas pela falta e pelo excesso, assim como a saúde com exercícios físicos e alimentação. A temperança, a coragem e outras virtudes encontram-se no “ponto certo”, e esse ponto é definido pela ação, pelas circunstâncias; observável pelos resultados. É fácil desviar-se do alvo, o difícil é acertar o ponto certo. E o ponto certo, não está necessariamente no meio. Descobrir o “ponto” não é algo prosaico, requer virtude, a virtude da “mediedade”; a virtude da liderança.

A tendência dos homens é buscar o prazer e evitar a dor, diz Aristóteles. No entanto, prazer em demasia torna-se vício; medo da dor em excesso, covardia. A virtude, portanto, compreenderá certa renúncia (que não precisa e nem deve ser total). Ao líder cabe encontrar esse meio termo, exercitar a temperança; saber do

que não pode prescindir e o que pode, de fato, conquistar; não ficar aquém, não ir além. Conhecer os riscos do mar revolto, sem, no entanto, recusar-se a se afastar da praia.

Em tudo devemos precaver-nos principalmente em relação ao que é agradável e contra o prazer, pois não somos juízes imparciais quanto ao prazer (...) afugentando o prazer, erraremos menos. (ARISTÓTELES, 2008, p. 58)

E esta postura definirá a “disposição” de cada indivíduo, sua índole e até mesmo seu caráter. Compreende, evidentemente, relativa perda de liberdade, mas também impulsiona para além do acanhamento, da timidez e do conforto. Fazendo de um determinado modo obstrui-se a possibilidade de fazer de outro. “Bravos de um modo só, mas maus de muitos modos” (ARISTÓTELES, 2008, p.51). Difícil acertar e muito fácil errar. Só a vileza e inveja não admitem “mediedade”, lembrará Aristóteles.

DISPOSIÇÃO-- A “disposição” demanda ação, vontade de fazer; nega a paralisia, a letargia; pressupõe escolhas, abandona a certeza e seu comodismo. Haverá sempre liberdade de escolha, porém a disposição em dar preferência a certos meios em detrimento de outros precisa ser questionada incessantemente. Ao agir de uma determinada maneira, o agente assume o hábito e pode tornar-se escravo de seu hábito, abrindo mão de agir de modo diverso do que escolheu (por hábito), perde a virtude da liberdade e até da deliberação. Mas, uma vez, não há comodismo ou conciliação. É necessário agir; mas agir corretamente. Como?

A formulação do antigo filósofo compreende constante questionamento e é mesmo a negação daquilo a que os americanos chamam de *wishful thinking* -- a propensão a acreditar nos fatos e na dinâmica dos fatos do modo o qual gostaríamos que eles fossem; a incapacidade de admitir que as coisas não se darão, necessariamente, como gostaríamos que elas se dessem. Trata-se de sermos, ao mesmo tempo, seguros e desconfiados de nós mesmos, ousados e prudentes. Trata-se de não habituar-se ao conforto das fórmulas passadas. Mas, tampouco

essa virtude reside na ousadia gratuita. Entre a conservação e a mudança, tudo é possível; dirão-lhe as circunstâncias.

Para me considerar livre, tenho de poder agir diferentemente; ora, quando adquiro minhas disposições morais, tornando-me um agente maduro, elas já não estão abertas aos contrários; como posso então ainda ser livre, se já não posso agir diferentemente? E, se já não sou livre, em que sentido ainda seria responsável por minhas ações? (ARISTÓTELES, 2008, p. 27)

Ou o indivíduo luta consigo mesmo; enfrenta seus próprios valores e sua cultura, ou não sucumbe ao hábito e entrega a própria liberdade. Para Aristóteles, o bêbado age como embriagado, mas poderia ter escolhido não estar alcoolizado – a propósito, o grego defende a duplicação de pena para os embriagados. E do mesmo modo o sábio estaria “preso” à sua sabedoria.

O homem vicioso não pode agir senão viciosamente, mas ele é igualmente causa para si mesmo da aquisição do caráter moral perverso e, nessa medida, ele é responsável pelo que faz (ARISTÓTELES, 2008, p. 28)

O homem é livre somente enquanto não adquiriu uma disposição? Seriam livres, portanto, somente os jovens e imaturos? É paradoxal⁴. Ainda assim, ao líder parece ser essencial essa disposição de espírito que é ditada não por si, mas pelos contextos, pelas circunstâncias, pela fortuna: evitar fechar-se em suas práticas costumeiras, em seus hábitos e costumes; buscar se não a inovação constante – o que se tornaria também um hábito previsível –, pelo menos a possibilidade de agir de modo diverso ao que o hábito lhe recomendaria.

⁴ Diz Marco Zingano, autor de notas e comentários ao livro de Aristóteles, que “é preciso evitar uma dramatização excessiva. A despeito da natureza fixa da disposição como marca do caráter do agente, toda ação, na medida em que nela se delibera sobre os meios, está aberta à consideração dos contrários. Pode ser psicologicamente difícil a um agente mudar os seus hábitos, mas não lhe é impossível. Toda ação está aberta em sua realização, se o agente for capaz de pesar as razões que concernem aos meios para realizar o fim buscado, por mais disposicionalmente determinado que esteja o agente” (2008: 30).

Nessa acomodação, criticada por Aristóteles, talvez esteja a origem de toda decadência das lideranças. O lobo que perde o pelo, mas que não perde o hábito descobre, por fim, que de nada lhe valeu o hábito. Rever a própria disposição seria também uma forma de virtude.

Tipos de “Liderança Política”

O tipo de “liderança política” que se quer enfatizar neste trabalho possui, assim, *evidentemente*, os atributos da virtude aristotélica: mais propriamente a “mediedade” e a “disposição”. Até mesmo porque se tem o entendimento de que àqueles que não contam com tais virtudes não se pode qualificar como líderes. Nesse sentido, seriam as características básicas – talvez as mais básicas – e indispensáveis da “Liderança Política”.

Outro aspecto tão importante quanto é o fato desse tipo de liderança operar necessariamente no âmbito de uma dominação de tipo “carismática” — outra característica básica no nosso entendimento. Líderes burocráticos-legais ou tradicionais dificilmente poderiam agir no interior de um sistema de virtudes pessoais, baseadas, como já se disse, na “mediedade” e na “disposição” — sobretudo, disposição.

Com base nesses princípios, esta seção do artigo buscará propor um esboço de tipologia da liderança política, aberto evidentemente a ajustes e a colaborações: os conceitos “mediedade”, “disposição” e “carisma”, no “tipo puro”, estão incorporados. Ainda assim, cabe alertar que a “liderança”, histórica e concreta, se notabiliza por indivíduos que apresentaram, mas nem sempre se mantiveram de posse dessas virtudes características. Normalmente, quando perderam tais atributos solaparam também sua liderança.

Considerando, então, que “Líderes Políticos” são aqueles que possuem as três dimensões acima, há que se considerar que ainda assim haverá uma

importante distinção entre eles, o que nos permite pensar numa “tipologia da liderança política” que se conformam por graus distintos de “liderança política”. Num primeiro e preliminar esboço de tipificação, define-se assim os três tipos de “Liderança Política”: 1) “líder de massas”; 2) o “líder político” (*strictu sensu*) e, 3) o “líder político de massas”.

O “Líder de Massas” é aquele vocaliza os interesses do grupo, arregimenta adeptos, mobilizando-os. Domina, é claro, a arte da comunicação: a retórica e os símbolos. Atua nas plenárias, nos palanques, nos púlpitos e nas tribunas, no rádio e na TV; agita a audiência e conquista adeptos. Pode ou não ser o *demagogo*; ainda que seu discurso esteja limitado a encontrar “o ponto certo” – o “ponto certo” de um discurso pode ser também o arroubo; dependerá das circunstâncias. O fato é que consegue colocar-se como *persona* política admirável; estabelecer-se como referência para um grupo de adeptos numeroso e politicamente relevante. Vocaliza críticas (moralistas ou não) e/ou representa projetos de mudança ou transformação substantiva; o importante é que tenha apelo na audiência e no grupo de adeptos. Na história do Brasil, pode-se puxar à memória nomes como Carlos Lacerda e Jânio Quadros; João Goulart e Leonel Brizola⁵. Não possui, necessariamente, a *real* visão de projeto, de rumo e caminho para o futuro para onde queira conduzir seus adeptos e a totalidade da sociedade – pode ser apenas retórico; dificilmente se notabilizará como estrategista político. É facilmente classificado como *populista* – por conta de seu fácil apelo popular. Nem sempre com justiça.

O “Líder Político” é elemento de enorme importância em qualquer sistema político, nem sempre amplamente reconhecido pelo público, pela história, pela literatura. Trata-se do indivíduo capaz de formular, articular e conduzir processos políticos fundamentais. A articulação é mesmo seu habitat natural; sua capacidade de elaborar e/ou vocalizar propostas é muito relevante, mas ainda mais

⁵ É opção consciente não mencionar como exemplos nenhuma liderança que esteja em atividade neste momento, 2012. Como se discutiu anteriormente, os melhores exemplos estão na História.

importante é sua habilidade de, por meio do diálogo e da persuasão, construir consensos e ou estratégias políticas de poder. Tem sempre em mente o projeto e sabe o rumo, intui o caminho, coloca-se à frente do processo (ou pelo menos *pari passu* ao processo); a estratégia é seu ponto forte. Ainda assim, faltam-lhe as massas; não arrebatava as multidões; nem sempre é extraordinário tribuno, nem sempre se notabiliza por uma comunicação ampla e aberta. A retórica é seu instrumento num âmbito bem mais restrito. Na verdade, diferencia-se muito mais pela sabedoria, pela sagacidade, pela prudência, comedimento e pela enorme capacidade de leitura das circunstâncias; conhece tão bem o potencial de seu grupo, como a natureza de suas limitações. E ainda que possa ser um bom e elegante tribuno – excessivamente intelectualizado, talvez --, seduz apenas pequeno e seletivo grupo de adeptos, uma elite política que o assimila e acompanha. Normalmente, é o “líder político dos políticos”; seus críticos o chamarão de “raposa”. Na história do Brasil, podem ser resgatados, entre outros, os exemplos de Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Thales Ramalho, Golbery do Couto e Silva, Petrônio Portela.

Por assimilação, o “Líder Político de Massas” é aquele reúne as melhores competências dos dois anteriores: comunica-se tão bem com as massas quanto é capaz de articular e negociar em pequeno grupo. Faz-se acompanhar por vastos setores, reúne em torno de si o *povo* e a *elite*; é, ao mesmo tempo, estratégico e arrebatador. Extrapola seu grupo social, não raro controla e conduz mais do que um único partido, expressando sua ascendência sobre setores não apenas distintos como até mesmo contraditórios. Com o tempo, passará para a história de um modo muito mais contundente e indiscutível que os demais – os dois tipos anteriores. Às vezes como mito. É claro que suas realizações são discutíveis e a exemplo dos demais será igualmente criticados por defeitos aparentemente contraditórios: ao mesmo tempo será tachado como demagogo (populista) e “raposa” (elitista). O melhor exemplo que podemos buscar na história é, naturalmente, o de Getúlio Vargas.

E assim, chegamos ao final deste primeiro esforço. A exploração desses tipos de liderança na história do Brasil ficará para um próximo trabalho. O fundamental é que o esforço aqui desenvolvido possa contribuir para ampliar o debate e conformar um campo de estudos sobre este (fascinante) tema, a liderança política.

Referências

ARISTÓTELES. *Ética Nicomachea*. I 13, III 8. Tradução, notas e comentários de Marco Zingano. São Paulo: Odysseus Editora, 2008.

CHAIA, Vera Lúcia Michalany. *A Liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. São Paulo. Editora Humanidades, 1992.

CLOULAS, Ivan. *César Bórgia: filho de Papa, príncipe e aventureiro*. Lisboa: Edições 70, 2009.

HÖFFE, Otfried. *Aristóteles*. Tradução Roberto Hofmeister Pich. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MELO, Carlos Alberto Furtado de. *Collor, o ator e suas circunstâncias*. São Paulo: Editora Novo Conceito, 2007.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.